SUMÁRIO

Prefeitura de Quedas do Iguaçu - PR

Assistente Social

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados: estabelecimento de relações intratextuais e intertextuais; dedução de ideias e pontos de vista implícitos nos textos; captação da linha argumentativa do autor; inferência de efeitos de sentido na textualidade; análise de texto do ponto de vista da unidade temática e estrutural .. **1**

Identificação do significado de palavras, expressões ou estruturas frasais em determinados contextos; Semântica: sentido e emprego dos vocábulos; campos semânticos **9**

Reconhecimento da natureza dominante de um texto quanto ao gênero (conto, artigo, carta etc.) e sua função social, ao tipo (dissertativo, descritivo, narrativo etc.) **13**

Ao registro (formal, informal) **20**

À variedade (padrão, não padrão) **25**

À modalidade (oral, escrita) **27**

Domínio dos mecanismos de coesão textual e aspectos relativos à coerência textual **28**

Compreensão da estrutura sintática e implicações semânticas no âmbito do parágrafo: reescrita de frases e parágrafos do texto **33**

Substituição de palavras ou de trechos de texto **35**

Reorganização da estrutura de orações e de períodos do texto; Sintaxe: estrutura morfossintática do período; termos da oração; relações de coordenação e subordinação entre orações e entre termos da oração **35**

Emprego de tempos e modos dos verbos em português; mecanismos de flexão dos nomes e verbos **41**

Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais **46**

Processos de formação de palavras **58**

Concordância nominal e verbal **64**

Transitividade e regência de nomes e verbos **70**

Pontuação **73**

Domínio da acentuação gráfica **77**

Domínio da ortografia oficial **80**

QUESTÕES **87**

GABARITO **98**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Operações com números inteiros, fracionários e decimais. Conjuntos e conjuntos numéricos. Potenciação. Radiciação. Múltiplos e divisores (mmc e mdc). Números primos. Frações, decimais, dízimas e operações; problemas do cotidiano com números (naturais; inteiros; racionais; irracionais; reais e números complexos) **1**

Polinômios e operações com polinômios **26**

Notação científica **29**

Regra de três simples e composta **32**

Equação de 1º. E 2º grau **36**

Sistema de equações **41**

Porcentagem **45**

Organização de dados estatísticos, quadros e tabelas **47**

Progressão aritmética e geométrica **55**

Probabilidade **59**

Perímetro, área e volume das principais figuras geométricas **61**

Problemas de lógica matemática **68**

Questões **75**

Gabarito **80**

CONHECIMENTOS GERAIS E ATUALIDADES

Tópicos relevantes e atuais de diversas áreas, tais como: segurança, transportes, política, economia, sociedade, educação, tecnologia, energia, relações internacionais, desenvolvimento sustentável, ecologia e suas inter-relações e suas vinculações históricas em termos nacionais. Temas que abordam debates sobre Políticas Públicas voltadas para a habitação, cidadania, saúde, ética, e educação ambiental na abrangência municipal, estadual e federal **1**

Tópicos da História e da Geografia do município, do estado e do Brasil **217**

Conhecimentos sobre a História, a Geografia, a cidade, o meio de vida, o trabalho e a economia do município **258**

Significado das palavras, coletivos e termos usados regionalmente **265**

QUESTÕES **271**

GABARITO **278**

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

Legislações do Serviço Social. Ética profissional. Lei de Regulamentação da profissão **1**

Formação Profissional em Serviço Social e Diretrizes Curriculares **13**

O Serviço Social no Brasil e sua historicidade **19**

Direitos humanos e o trabalho profissional da(o) assistente social **25**

Políticas Sociais **30**

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SUMÁRIO

Relação Estado/Sociedade 36
A Propriedade e a Renda no Brasil 41
Desigualdade social no mundo 47
Contexto histórico, neoliberalismo e crise do capitalismo 52
Constituição Federal de 1988. Políticas de Seguridade Social: Saúde, Previdência Social e Assistência Social 58
Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) 65
Sistema Único de Assistência Social (SUAS) 83
Legislação do Sistema Único de Saúde (SUS). Lei Orgânica da Saúde (LOS) 86
Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) 106
Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) 174
Política Nacional para a população em situação de rua 201
Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 203
Lei Maria da Penha nº 11.340/2006 236
Estatuto da Igualdade Racial 249
Estatuto da Pessoa Idosa 260
Estatuto da Pessoa com Deficiência 280
Estatuto da Juventude 312
Lei de Migração 323
Trabalho com indivíduos, famílias e comunidades 346
Intersetorialidade e o trabalho profissional da(o) assistente social 352
Questões 358
Gabarito 367

SUMÁRIO

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

Fundamentos da compreensão e da interpretação textual

A compreensão e a interpretação de textos constituem processos fundamentais para a construção de sentidos durante a leitura. Embora estejam diretamente relacionadas, essas atividades apresentam características distintas. A compreensão está associada à identificação e à organização das informações expressas no texto, enquanto a interpretação envolve a construção de significados a partir dessas informações, considerando elementos linguísticos, contextuais, discursivos e conhecimentos mobilizados pelo leitor.

Compreender um texto significa reconhecer seu conteúdo, identificar o assunto abordado, estabelecer relações entre as informações e perceber como suas partes estão organizadas. Interpretar, por sua vez, exige avançar para a análise de sentidos que nem sempre aparecem de maneira explícita, identificando pressupostos, implicações, posicionamentos e efeitos produzidos pelas escolhas linguísticas. Entretanto, essa distinção não deve ser entendida como uma separação absoluta, pois compreensão e interpretação atuam de maneira integrada durante a leitura.

O texto não constitui apenas um conjunto de frases organizadas segundo regras gramaticais. Trata-se de uma unidade de sentido produzida em determinada situação comunicativa, com finalidades específicas e dirigida a um público real ou presumido. Seu significado depende da articulação entre elementos linguísticos, organização discursiva e contexto de produção.

Considere o seguinte enunciado:

"A biblioteca permaneceu aberta durante todo o período de férias, mas poucos estudantes utilizaram o espaço."

A compreensão literal permite identificar duas informações: a biblioteca permaneceu aberta durante as férias e houve baixa utilização do espaço pelos estudantes. A interpretação exige observar que a conjunção mas estabelece uma relação de oposição entre essas informações. A construção sugere que a abertura da biblioteca poderia favorecer maior frequência, expectativa que não se confirmou. Essa expectativa, entretanto, é inferida a partir da organização do enunciado, e não declarada diretamente.

A leitura adequada exige distinguir aquilo que o texto afirma, aquilo que pressupõe, aquilo que sugere e aquilo que o leitor apenas imagina. Essa distinção é essencial porque nem toda conclusão aparentemente plausível está autorizada pelas informações apresentadas. Uma interpretação precisa possuir fundamento textual, ainda que envolva conhecimentos externos.

A identificação do tema representa uma das primeiras etapas da compreensão. O tema corresponde ao assunto central desenvolvido pelo texto. Não deve ser confundido com o título, pois este pode apresentar o assunto de maneira direta, simbólica, irônica ou incompleta. Também não deve ser confundido com a tese, que corresponde ao posicionamento defendido em textos argumentativos.

Um texto sobre os impactos da tecnologia na educação pode apresentar como tema a utilização de recursos digitais no processo educativo. Sua tese, entretanto, pode ser a afirmação de que a tecnologia somente contribui para a aprendizagem quando integrada a objetivos pedagógicos claros. Assim, o tema indica sobre o que se fala, enquanto a tese revela o que se defende sobre esse assunto.

Outro elemento importante é a identificação da finalidade comunicativa. Um texto pode buscar informar, explicar, argumentar, orientar, narrar acontecimentos, descrever características ou produzir efeitos estéticos. A finalidade influencia a seleção vocabular, a organização das informações e os recursos utilizados.

Os gêneros textuais correspondem a formas relativamente estáveis de comunicação utilizadas em diferentes situações sociais. Notícias, reportagens, artigos de opinião, crônicas, editoriais, entrevistas, propagandas, cartas, resenhas, contos, poemas e textos científicos apresentam características próprias, embora possam compartilhar recursos linguísticos e estruturas.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

A história dos conjuntos numéricos reflete a evolução do pensamento matemático e a necessidade de representar diferentes tipos de quantidades. Desde os tempos antigos, os seres humanos sentiram a necessidade de contar e medir, o que levou ao surgimento dos números naturais ($\mathbb{N}$). Esses números, utilizados para a contagem e a representação de quantidades inteiras e positivas, foram essenciais nas primeiras civilizações, como a suméria e a egípcia.

Com o desenvolvimento do comércio e a necessidade de lidar com perdas e débitos, surgiu a noção de números negativos, levando à criação do conjunto dos números inteiros ($\mathbb{Z}$). Este avanço permitiu representar tanto ganhos quanto perdas, enriquecendo a aritmética da época.

A descoberta das frações, que são representadas pelos números racionais ($\mathbb{Q}$), marcou outro passo importante. Esses números foram usados para expressar divisões e proporções, sendo fundamentais em atividades como agricultura, construção e comércio.

No entanto, nem todas as quantidades podiam ser representadas por frações, levando à descoberta dos números irracionais, como a raiz quadrada de 2. Isso expandiu o conjunto dos números racionais para formar os números reais ($\mathbb{R}$), que incluem tanto os racionais quanto os irracionais e são essenciais para descrever uma linha contínua de valores.

Finalmente, no século XVI, os matemáticos introduziram os números complexos ($\mathbb{C}$) para resolver equações que não tinham soluções no Conjunto dos Números Reais. Embora inicialmente abstratos, os números complexos encontraram aplicações práticas significativas, especialmente na engenharia e na física.

Essa evolução histórica dos conjuntos numéricos ilustra como a matemática tem se adaptado para resolver problemas cada vez mais complexos, refletindo o progresso do conhecimento humano ao longo dos séculos.

A seguir, veremos as definições e as propriedades essenciais dos conjuntos de números naturais, inteiros, racionais, irracionais, reais e complexos:

Conjuntos Numéricos

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos. Exemplo: $\mathbb{N}$ = {0, 1, 2, 3, 4, **...**}.

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

SETEMBRO - 2025

Mundo

▸ 80ª Assembleia Geral da ONU reforça papel diplomático em agenda global

Entre 23 e 29 de setembro de 2025, a 80ª Assembleia Geral da ONU reuniu chefes de Estado e representantes de diversas nações, consolidando-se como o principal fórum de formulação de políticas globais da organização.

O encontro permitiu debates sobre segurança internacional, mudanças climáticas, crises humanitárias e desenvolvimento sustentável, além de possibilitar negociações bilaterais e multilaterais entre países.

Especialistas ressaltam que a Assembleia Geral mantém papel estratégico na legitimação de tratados e resoluções internacionais, servindo também como palco de diálogos diplomáticos e posicionamentos geopolíticos, mesmo diante das limitações do Conselho de Segurança e desafios de implementação das decisões da ONU.

▸ Trump cogita classificar PCC e Comando Vermelho como terroristas, e governo Lula vê risco de interferência externa

Durante um discurso recente sobre **política de segurança internacional**, o presidente norte-americano **Donald Trump** indicou que pretende **classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC)** e o **Comando Vermelho (CV)** como **organizações terroristas**, caso sua proposta seja implementada no novo mandato. A medida se basearia em **leis antiterrorismo dos Estados Unidos**, que permitem sancionar **grupos transnacionais** e congelar bens ou ativos financeiros ligados a eles em território americano.

Implicações jurídicas e diplomáticas

Caso a decisão se concretize, o enquadramento permitiria **bloqueios financeiros, ampliação da cooperação judicial e até a emissão de mandados internacionais** contra suspeitos com conexões com o narcotráfico. Essa **mudança de status** elevaria o patamar do combate ao crime organizado latino-americano, mas também criaria **tensões com países soberanos**, especialmente o Brasil, que **não reconhece facções domésticas como organizações terroristas**.

O **governo Lula manifestou preocupação**, afirmando que tal classificação **poderia configurar uma forma de interferência externa** em políticas de segurança interna. Brasília teme que a medida crie **pressão diplomática para o alinhamento automático do Brasil às diretrizes de Washington**, comprometendo a autonomia nacional na condução da política criminal e nas estratégias de combate ao tráfico.

Olhar geopolítico: soberania e segurança hemisférica

Sob o ponto de vista geopolítico, a proposta de Trump reforça a lógica de **"guerra às drogas" e de securitização da América Latina** — um modelo que historicamente aproximou temas de **criminalidade e terrorismo**, legitimando intervenções unilaterais dos EUA. Ao incluir o PCC e o CV nessa categoria, Washington poderia **expandir seu raio de influência sobre as políticas de segurança regionais**, reeditando tensões da era pós-11 de Setembro.

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.

LEI NO 8.662, DE 7 DE JUNHO DE 1993.

Dispõe sobre a profissão de Assistente Social e dá outras providências

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º É livre o exercício da profissão de Assistente Social em todo o território nacional, observadas as condições estabelecidas nesta lei.

Art. 2º Somente poderão exercer a profissão de Assistente Social:

I - Os possuidores de diploma em curso de graduação em Serviço Social, oficialmente reconhecido, expedido por estabelecimento de ensino superior existente no País, devidamente registrado no órgão competente;

II - os possuidores de diploma de curso superior em Serviço Social, em nível de graduação ou equivalente, expedido por estabelecimento de ensino sediado em países estrangeiros, conveniado ou não com o governo brasileiro, desde que devidamente revalidado e registrado em órgão competente no Brasil;

III - os agentes sociais, qualquer que seja sua denominação com funções nos vários órgãos públicos, segundo o disposto no art. 14 e seu parágrafo único da Lei nº 1.889, de 13 de junho de 1953.

Parágrafo único. O exercício da profissão de Assistente Social requer prévio registro nos Conselhos Regionais que tenham jurisdição sobre a área de atuação do interessado nos termos desta lei.

Art. 3º A designação profissional de Assistente Social é privativa dos habilitados na forma da legislação vigente.

Art. 4º Constituem competências do Assistente Social:

I - elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública, direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;

II - elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil;

III - encaminhar providências, e prestar orientação social a indivíduos, grupos e à população;

IV - (Vetado);

V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos;

VI - planejar, organizar e administrar benefícios e Serviços Sociais;

VII - planejar, executar e avaliar pesquisas que possam contribuir para a análise da realidade social e para subsidiar ações profissionais;

VIII - prestar assessoria e consultoria a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades, com relação às matérias relacionadas no inciso II deste artigo;

IX - prestar assessoria e apoio aos movimentos sociais em matéria relacionada às políticas sociais, no exercício e na defesa dos direitos civis, políticos e sociais da coletividade;

X - planejamento, organização e administração de Serviços Sociais e de Unidade de Serviço Social;

XI - realizar estudos sócio-econômicos com os usuários para fins de benefícios e serviços sociais junto a órgãos da administração pública direta e indireta, empresas privadas e outras entidades.

Art. 5º Constituem atribuições privativas do Assistente Social:

I - coordenar, elaborar, executar, supervisionar e avaliar estudos, pesquisas, planos, programas e projetos na área de Serviço Social;

Esta é apenas uma amostra gratuita. Adquira a apostila completa com desconto clicando aqui.